Sumário

Número de notícias: 27 | Número de veículos: 13

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL
Confira os melhores lugares para morar após a aposentadoria (Previdência) . . . 3

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
REFORMA TRIBUTÁRIA
'Política monetária freia economia em 2023' . . . 5

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA
A candidatos Abdib defende maior investimento público . . . 6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
PEC da eleição é um retrocesso civilizatório - NAS ENTRELINHAS . . . 7

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Cidades mineiras podem ter perdas de R$ 27 bilhões . . . 9

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Plano de saúde engorda o IPCA . . . 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Caixa pagou obras de R$ 50 mil na casa de Pedro Guimarães, em Brasília . . . 16

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Bolsonaro se comprometeu a apoiar PEC que veta novos gastos a municípios, diz entidade . . . 18

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Comissão do Senado aprova dedução de gastos com aluguel no IR . . . 19

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
ICMS Combustível e a guerra fiscal (Artigo) . . . 20

O ESTADO DE S. PAULO - A FUNDO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
As regras para o cigarro eletrônico pelo mundo . . . 22

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Premiê britânico na berlinda após renúncia de ministros . . . 26

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
A piora do risco fiscal e um 2023 com mais inflação (Editorial) . . . 27

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
ECONOMIA
Projeções para o PIB ficam levemente mais otimistas - MERCADO S/A . . . 28

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
ECONOMIA

Desafios à frente (Editorial) 30

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA
O Brasil no início da crise dos ricos (Artigo) 31

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA
Petróleo cai 9%, sob temor de recessão; dólar vai a R$ 5,38 32

O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL
ECONOMIA
Aposta em criptomoeda deixa El Salvador à beira da falência 34

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
Risco fiscal eleva juro pago pela União 36

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
ECONOMIA
Câmara tem dever de conter danos da PEC Eleitoral (Editorial) 38

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA
Como aumentar o salário do Servidor 39

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Considerar distorções no serviço público (Artigo) 40

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA
Vão pipocar greves, vai paralisar o país (Artigo) 41

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA
Argentina flerta, de novo, com dolarização - DANIEL RITTNER 42

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA
Com cenário desfavorável, indústria sobe menos que o previsto em maio 43

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA
Retomada do emprego vai ter semestre difícil, vê FGV 44

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA
Lula almoça com elite empresarial na Fiesp para discutir agenda econômica 45

Confira os melhores lugares para morar após a aposentadoria (Previdência)

Cristiane Gercina

Países da América Latina como Colômbia, Equador e Uruguai estão entre os dez melhores destinos para viver após a aposentadoria, segundo o Índice Global Anual de Aposentadoria de 2022, feito pela revista norte-americana Internacional Living . O ranking é realizado há 30 anos com base em informações de centenas de colaboradores em todo o mundo, que vivem nos locais.

A lista tem 25 nações. Entre os dez primeiros nomes estão seis países da América Latina. Veja os dez primeiros colocados:

Segundo a publicação, para fazer o ranking, são levadas em conta informações como habitação, benefícios e descontos, vistos e residência, acolhimento e entretenimento, desenvolvimento, clima, assistência médica, governança, oportunidade e custo de vida.

Na avaliação de Tonia Galleti, coordenadora do departamento jurídico do Sindnapi (Sindicato Nacional dos Aposentados), dentre os principais pontos apontados como positivos pelos colaboradores do índice está a saúde, que passa a ser um motivo de atenção maior para os mais velhos, e é falha no Brasil.

"Embora o Brasil tenha uma saúde universal e, portanto, de acesso a qualquer cidadão, ela é muito falha nas necessidades da população idosa. A nossa proporção de investimento na saúde em razão do número da população é infinitamente menor do que todos esses países e mais alguns que passam na nossa frente."

Tailândia, Irlanda, Peru, Camboja, Malásia, Bali, Sri Lanka, Vietnã, Itália, Belize, Roatan (Ilha de Honduras), República Dominicana, Croácia, Bolívia e Nicarágua são os outros 15 países que compõem a lista.

Localizado no Caribe, o Panamá tem clima agradável e está próximo de alguns dos principais destinos na América do Norte, como Miami, nos Estados Unidos, e Canadá, conforme aponta depoimento de colaboradores. Além disso, a facilidade em viajar pelo país, a hospitalidade dos panamenhos e a qualidade de vida, aliada à saúde, coloca-o no topo da lista mais de uma vez.

A economia é destaque, em recuperação após a pandemia.

Clima tropical, baixo custo de vida, moradores amigáveis, cuidados médicos acessíveis, boas opções imobiliárias e beleza natural fazem a Costa Rica ser o segundo melhor país do ranking de aposentadoria. Segundo os colaboradores, o local destaca-se também pela estabilidade da democracia e pela qualidade de vida. O custo de vida para um casal é de 2.500 dólares, o que dá, hoje, mais de R$ 13 mil, valor acima do teto do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), de R$ 7.087,22 em 2022.

Tem hoje um milhão de norte-americanos e quase um milhão de canadenses na faixa dos 50 e 60 anos. Os destaques do país são proximidade com América do Norte, clima, acesso à saúde, internet de alta qualidade, boas rodovias e bons serviços de água e luz de qualidade. Pode-se viver bem no país com cerca de 2.000 dólares por mês, o que dá R$ 10.780 hoje.

Tem se tornado um dos melhores lugares para aposentados no mundo, figurando na lista há alguns anos. Na última década, o país tem atraído alto número de brasileiros, mas o custo de vida atual pode assustar.

Entre os destaques estão a hospitalidade e as boas cidades para se viver de norte a sul do país. Além disso, há incentivos para estrangeiros, como aulas gratuitas de língua portuguesa nas escolas.

É um dos destinos preferidos para a aposentadoria pelo clima agradável, mar do Caribe, proximidade com Estados Unidos e Canadá e baixo custo de vida.

A saúde é destaque. A OMS (Organização Mundial da Saúde) classifica o sistema colombiano como o número 22 de 191 países analisados, à frente do Canadá, que ocupa a 30ª posição, e dos EUA, na 37ª. O país tem a segunda maior biodiversidade do mundo e aceita como moradores aposentados com renda a partir de 750 dólares, o que dá R$ 4.042,50.

Está entre os dez principais destinos há alguns anos. Dentre os motivos estão clima tropical, natureza

exuberante, proximidade com os Andes e variedade nas opções de turismo. Um dos pontos mais altos é o custo de vida, entre 1.500 e 1.825 dólares por mês (algo entre R$ 8.085 e R$ 9.836,75).

Compartilha fronteiras com 11 países e, por isso, é conhecida por sua diversidade. Quem mora no local destaca cultura, belas paisagens naturais e boa gastronomia como pontos principais para aposentados. O acesso ao sistema de saúde também é destaque. Para quem sai dos Estados Unidos, há ainda a vantagem de que o custo de vida é 34% menor.

É um país composto por cinco ilhas, três delas habitadas, no sul da Itália, em pleno Mar Mediterrâneo. A população é de 500 mil habitantes e 15% deles são estrangeiros. O local existe há mais de 5 milhões de anos e tem peculiaridades da Europa ocidental com toques da Arábia. Os altos custos de comida e habitação são compensados pelo baixo valor do transporte.

Tem mais de 300 dias de sol e um extenso litoral. O país oferece excelente assistência médica, boa infraestrutura e alto nível de segurança pessoal, segundo relatos dos colaboradores do ranking. Outro destaque é o acesso à dieta mediterrânea, com frutas e vegetais abundantes, além de peixes na alimentação.

Na comparação com Brasil e Argentina, o Uruguai tem uma população pequena (3,5 milhões). As quatro estações do ano são bem definidas. Quem mora no local considera-o um dos mais democráticos da América Latina. Todos os trabalhadores têm direito a carteira assinada, férias remuneradas e assistência médica?.

Site:
https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/07/confira-os-melhores-lugares-para-morar-apos-a-aposentadoria.shtml

'Política monetária freia economia em 2023'

Sérgio Tauhata De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187264

Site: https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187264

A candidatos Abdib defende maior investimento público

TaísHirata De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187264?page=1&section=1

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187264?page=1&section=1

PEC da eleição é um retrocesso civilizatório - NAS ENTRELINHAS

POR LUIZ CARLOS AZEDO

Para o historiador Niall Ferguson, autor de Civilização, Ocidente versus Oriente (Editora Crítica), a chave do sucesso do modelo anglo-americano de sociedade está sintetizada num discurso de Winston Churchill, de 1938, no qual ele disse que a diferença entre Ocidente e Oriente estava baseada na opinião dos civis. "Significa que a violência, o governo de guerreiros e líderes despóticos, as situações de campo de concentração e guerra, de baderna e tirania, dão lugar a parlamentos, onde são criadas as leis, e a cortes de Justiça independente, onde essas leis são mantidas por longos períodos." "Isso é Civilização - e em seu solo crescem continuamente a liberdade, o conforto e a cultura", complementou, para arrematar: "Quando a civilização reina em um país, uma vida mais ampla e menos penosa é concedida às massas. As tradições do passado são valorizadas e a herança deixada a nós por homens sábios e valentes se torna um estado rito a ser desfrutado e usado por todos. O princípio central da Civilização é a subordinação da classe dominante aos costumes do povo e à sua vontade, tal como expresso na Constituição (?)".

São considerações de ordem conservadora e inspiradas no esplendor do Império Britânico, de parte de um político aristocrático que já assistira ao colapso do colonialismo, a partir da I Guerra Mundial, e estava diante do ameaçador domínio continental da Alemanha nazista. Ferguson cita o primeiro-ministro britânico que confrontou Hitler no capítulo de seu livro que trata da questão da propriedade. O historiador busca uma explicação para o fato de que a visão de Churchill não criou as mesmas raízes ao sul do Rio Grande, ou seja, na América Ibérica, uma história que começa com dois navios: um em 1532, com 200 guerreiros que desembarcaram ao norte do Equador para conquistar o Império Inca; e outro, 138 anos depois, numa ilha da Carolina do Sul, desembarcando servos por contratos em busca de um mundo melhor a partir do próprio trabalho.

Hoje, a civilização anglo-americana, hegemônica no Ocidente, está sendo reafirmada na Guerra da Ucrânia, na qual os Estados Unidos e a Inglaterra, aliados ao primeiro ministro Volodymir Zelensky, por meio da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), mesmo estando fora da União Europeia, dão as cartas no Velho Continente. Desbancam a Alemanha e a França, encurralam a Rússia contra os Urais e constroem novos obstáculos à Nova Rota da Seda da China. No seu livro, otimista, para Ferguson, o Brasil seria o país da América Latina que mais estaria reduzindo sua distância em relação aos padrões anglo-americanos. Será?

Enquanto o Chile acaba de concluir uma nova Constituição, que vai substituir aquela que o país herdou do ditador Augusto Pinochet, mas ainda precisa ser referenciada por um plebiscito, o Congresso brasileiro escala uma bagunça institucional. Uma emenda à Constituição já aprovada pelo Senado, o nosso templo da conciliação, com um único voto contrário, do senador José Serra (PSDB-SP), agora engorda os seus jabutis na Câmara, que serão embarcados na **legislação tributária**, no pacto federativo, na política de preços da Petrobras, e implodirão o equilíbrio fiscal, a estabilidade da moeda e a paridade de armas da legislação eleitoral.

PEC da eleição

O relator na Câmara da Proposta de Emenda à Constituição (PEC), que concede uma série de benefícios sociais em ano eleitoral, deputado Danilo Forte (União-CE), manterá o texto aprovado no Senado, com o propósito de agilizar sua aprovação. A três meses das eleições, a PEC tem por objetivo garantir a recondução do presidente Jair Bolsonaro, com medidas de caráter populista, que não poderiam ser aprovadas a menos de 100 dias das eleições. Para isso, porém, deve recorrer à legislação do estado de

emergência, a pretextos da guerra da Ucrânia, a nova desculpa para os fracassos governamentais.

Sim, talvez a eleição presidencial esteja sendo decidida nesta semana, com as seguintes medidas: ampliação do Auxílio Brasil de R$ 400 para R$ 600 mensais, com inclusão de mais 1,6 milhão de novas famílias no programa (R$ 26 bilhões); a criação de um voucher de R$ 1 mil para caminhoneiros (R$ 5,4 bilhões); ampliação do vale-gás de R$ 53 para R$ 112,60 (R$ 1,05 bilhão); compensação aos estados para transporte público de idosos (R$ 2,5 bilhões); benefícios para taxistas (R$ 2 bilhões); repasse de R$ 500 milhões ao programa Alimenta Brasil, para compra de alimentos produzidos por agricultores familiares e distribuição a famílias em insegurança alimentar; e repasse de até R$ 3,8 bilhões, por meio de créditos tributários, para a manutenção da competitividade dos produtores do etanol sobre a gasolina.

Há um estranho e perverso pacto entre Bolsonaro, o Centrão e a oposição. O Congresso contrapõe aos arroubos autoritários do presidente da República um regime de partidocracia, institucionalmente macabro, que obstrui a renovação política. No curto prazo, será grande estelionato eleitoral: as medidas vigorarão até 31 de dezembro. Depois, quem for o eleito, decidirá como pôr a economia de volta aos trilhos da responsabilidade fiscal e do crescimento sustentável.

Para o Palácio do Planalto e seus aliados governistas, a reeleição de Bolsonaro depende do sucesso dessas medidas. Favorito nas pesquisas, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva aposta no seu fracasso, mas as apoia. Teme repetir o erro do Plano Real, contra o qual se opôs no governo Itamar Franco, em 1994, enquanto Fernando Henrique Cardoso pavimentava seu acesso ao Palácio do Planalto com a nova moeda. No longo prazo, o retrocesso da nossa ordem econômica será uma tragédia anunciada. A estabilidade institucional das economias é uma das chaves do desenvolvimento e do processo civilizatório no mundo globalizado.

Cidades mineiras podem ter perdas de R$ 27 bilhões

Presidente da AMM, Dr. Marcus Vinicius (PSDB) alerta que contas não fecham e municípios podem entrar em colapso

Luiz Ribeiro e Matheus Muratori

Estudo da Confederação Nacional de Municípios (CNM) aponta que cidades de Minas Gerais perderão cerca de R$ 27 bilhões com medidas federais tomadas pelo Executivo, Legislativo e Judiciário. Em âmbito nacional, de acordo com o levantamento publicado ontem, o "rombo" nos cofres municipais chega aR$73bi. O levantamento destaca 13 medidas. As cidades de Minas têm perda de cerca de R$ 3 bilhões no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e R$ 152 milhões no ICMS Diesel, o que gera um total de R$ 3,152 bilhões somente com o imposto estadual. Ainda há R$ 338 milhões no reajuste do piso de agentes comunitários de endemias (ACE) e agentes comunitários de saúde (ACS) e R$ 1,5 bilhão no piso para a enfermagem, totalizando R$ 1,8 bi com esses pisos.

Também há: R$ 1,6 bilhão no Imposto de Renda; R$ 767 milhões no Simples Nacional; R$ 359 milhões no piso dos garis; R$ 6,6 bilhões de outros projetos de lei dos pisos; R$ 2,9 bilhões do piso do magistério; R$ 887 milhões de desoneração do IPI; R$ 157 milhões da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o ICMS dos combustíveis; R$ 8,5 bilhões de decisão do STF sobre creches; e R$ 865 milhões dos royalties.

ACNM atacou os projetos de lei dos pisos, problema não somente para MG, mas em todo o país. "Ainda que não haja expectativa de crescimento da arrecadação no próximo ano, as instâncias federais estão criando despesas estruturais para os municípios", diz o texto, inicialmente alertando para a falta de recomposição. "Exemplo disso são as dezenas de propostas de criação de pisos salariais - projetos desse tipo que tramitam no Congresso representam impacto de R$ 44,1 bilhões, fora outros R$ 11,38 bilhões de despesas já aprovadas com reajuste do piso de agentes de saúde e de endemias e criação do piso da enfermagem e R$ 30,46 bilhões do piso do magistério", complementa a CNM, citando também os outros pisos.

Das sete maiores cidades mineiras, a capital, Belo Horizonte, é a que mais sofre. O prejuízo total, segundo a CNM, é de R$ 3,6 bilhões anuais. Em Uberlândia, no Triângulo Mineiro, é de R$ 764 mi; Contagem, na Região Metropolitana de BH, R$ 622 mi; Juiz de Fora, na Zona da Mata, R$ 725 mi; Betim, na Região Metropolitana de BH, R$ 579 mi; Montes Claros, no Norte, R$ 601 mi; e Uberaba, no Triângulo, R$ 485 mi.

PRESSÃO Prefeitos de todas as regiões do Brasil iniciaram na manhã de ontem um movimento de alerta em Brasília. Na capital federal, os gestores municipais, liderados pela CNM, buscam respostas para medidas que, segundo os chefes locais do Executivo, não apresentam uma compensação financeira futura, como a limitação do ICMS.

Estado com 853 municípios, o maior número do país, Minas Gerais está representada na movimentação, com cerca de 300 prefeitos e a presença da Associação Mineira de Municípios (AMM). O prefeito de Coronel Fabriciano, cidade mineira do Vale do Aço, e presidente da AMM, Dr. Marcos Vinicius (PSDB), alerta para a possibilidade de um "colapso".

"Tentar dar um basta, um basta mesmo nessas atrocidades que estão sendo cometidas em Brasília nos cofres públicos. Onde que, de forma irresponsável, tanto no Senado quanto no Congresso, estão criando despesas para os municípios sem receita. A balança não fecha, as contas não estão fechando. Vai levar a um colapso", afirma.

A concentração dos prefeitos em Brasília começou às 9h. Após organização inicial, eles seguiram para encontros com deputados federais com o objetivo de tentar alertar sobre a situação financeira dos municípios.

Prefeita de Nepomuceno, cidade do Sul de Minas, Iza Menezes (PSD) é outra representante na capital federal descontente com as recentes limitações do ICMS sem previsão de compensação.

"Os municípios é que sofrem. Não somos contra o piso de enfermagem, piso de professor, mas temos que ter uma contrapartida, de onde tirar o dinheiro. O dinheiro que vai aos municípios é o que se arrecada, agora tem limitação de ICMS e isso faz diferença. Porque parece que tem uma previsão para salvar estados, não os municípios, sendo que somos mais de 5 mil municípios no Brasil. O povo não procura o governador ou o presidente, procura é o prefeito", disse ao Estado de Minas.

"Além da limitação de ICMS, aumentaram despesas. Aumentaram por exemplo o piso da enfermagem, muito merecido, mas de onde vamos tirar o pagamento desse jeito? É bom fazer graça com o dinheiro dos outros, perderam o rumo. E numa época de eleição, quem vai votar contra essas medidas? Estamos tentando sensibilizar para a possível falta desses recursos. Não somos contra, só queremos fazer um bom serviço lá na ponta", complementou.

REIVINDICAÇÃO Donatinho (Patriota), prefeito de Santa Bárbara do Tugúrio, na Região Central mineira, é outro que engrossa o movimento. "Estamos mobilizados, milhares de prefeitos aqui e centenas de Minas. Tem prefeitos de cidades pequenas, médias, e temos que ter mobilização muito grande e tentar deter essas perdas, que serão muito grandes. Para nós, por exemplo, R$ 7 milhões é muito para a gente, e é sem previsão de retorno."

O prefeito de Buenópolis, na Região Central de Minas, Célio Santana (PDT), diz que foi a Brasília com o propósito de mobilizar contra as propostas, "especialmente aquela que cria obrigações a pagar, e não indique e nem destine o mesmo valor aos municípios para suportar essas onerações".

"Eu, e nós, prefeitos municipalistas, não temos medo da criação e aumento dos auxílios e benefícios sociais. Pelo contrário, todos nós queremos que crie mesmo esses auxílios, através de PECs, pois sabemos que esses auxílios aumentam o consumo; e isso faz a moeda girar, circular, melhorando, aí, a nossa economia. O que impacta, efetivamente, no meu município ou qualquer outro, é diminuir os **impostos** (ICMS), nossa segunda maior fonte de recurso, sem ter a fonte de receita que faça a correspondente compensação", disse Santana.

Uma medida que poderia ajudar os prefeitos, segundo o presidente da AMM, é a aprovação da PEC 122/2015. A proposta, segundo Dr. Marcos Vinicius, exigiria que "toda despesa tem que ter fonte de origem. É o básico", afirmou.

Educação e saúde serão afetadas

A decisão do governo de Minas Gerais de reduzir o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos combustíveis, energia elétrica e comunicação no estado, limitados à alíquota de 18%, vai representar um grande baque no caixa das prefeituras do estado. As perdas totais dos 853 municípios nos repasses de ICMS e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) deverão alcançar R$ 3,627 bilhões anuais, reduzindo os recursos para manutenção da educação, saúde e de outros serviços, além do pagamento de pessoal.

A estimativa é da Associação Mineira de Municípios (AMM), com base na previsão do próprio governo de Minas Gerais de que o estado deixará de arrecadar R$ 12 bilhões por ano com a diminuição das alíquotas de cobrança do ICMS dos derivados de petróleo, energia elétrica e dos serviços de telefonia e internet. A diminuição do ICMS foi anunciada pelo governador Romeu Zema (Novo), sexta-feira, após a publicação da Lei Federal Complementar 194/2022, assinada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL). A lei estabelece que os estados devem praticar alíquotas mínimas sobre os produtos até o limite de 18%.

Conforme o anúncio feito pelo governador, o percentual do tributo sobre os itens inseridos na Lei Complementar em Minas Gerais passará a 18%. Antes, as alíquotas do ICMS eram: gasolina (31%), energia elétrica (30%) e comunicações (27%). O levantamento da Associação Mineira de Municípios aponta que, considerando previsão do governo estadual, as 853 prefeituras mineiras terão um total de R$ 2,399 bilhões de perdas anuais nos repasses de ICMS e de R$ 1,227 bilhão nas transferências do Fundeb.

A AMM também listou o baque na arrecadação nas 10 regiões mineiras, calculando maior perda na Região Central do estado - que deverá sofrer redução de R$ 917,4 milhões de ICMS e R$ 455,313 milhões nas transferências do Fundeb. De acordo com o estudo, Belo Horizonte é o município que terá maiores perdas na arrecadação: de R$ 159,771 milhões (ICMS) e de R$ 134,112 milhões (Fundeb), seguida de Uberlândia (Triângulo), de R$ 118,145 milhões (ICMS) e de R$ 45,339 milhões (Fundeb).

Responsável pelo estudo da Associação Mineira de Municípios, a economista Angélica Ferreti afirma que o "tombo" na arrecadação de **tributos** por causa das mudanças nas alíquotas dos combustíveis, energia e comunicações tem maior impacto na educação e saúde, mas também atinge outros setores da gestão municipal. Ela lembra que, por preceito constitucional, obrigatoriamente, do total dos repasses de ICMS das

prefeituras, 25% vão para a educação e15% devem ser investidos na saúde.

Os 60% restantes das receitas devem ser aplicados em gastos com pagamento de pessoal (de 6% a 7% destinados às câmaras municipais), obedecendo aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), despesas de custeio e investimentos em obras. A economista da AMM salienta que, constitucionalmente, 20% da arrecadação do ICMS é destinado ao Fundeb. Os recursos arrecadados com o tributo representam cerca de 60% da formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica.

Angélica Ferreti lembra que a redução dos repasses de ICMS a partir de agora poderá trazer dificuldades para os prefeitos cumprirem as previsões orçamentárias de 2022, tendo em vista que os orçamentos municipais já tinham sido aprovados pelas câmaras municipais antes da mudança na arrecadação do tributo. "Dessa forma, agora será preciso que seja feita a compensação pelo governo federal, destinando aos municípios os recursos perdidos com a arrecadação de ICMS e nos repasses do Fundeb", alerta a economista.

Site:
https://digital.em.com.br/estadodeminas/06/07/2022/p1

IMPACTOS DE DECISÕES FEDERAIS

Confira as perdas nos maiores municípios de Minas e em todo o estado

Município	ICMS	ICMS diesel	Reajuste piso ACE e ACS	Piso Enfermagem	Imposto Renda	Simples Nacional	Piso Garis	PLs dos pisos	Piso Magistério	Desoneração IPI	STF ICMS	STF Creches	Royalties	Total
Belo Horizonte	200.983.406	10.113.187	7.447.333	423.130.393	106,066.517	67.881.431	0	1.924.324.377	411.755.984	34.993.958	10.328.599	395.869.772	35.094.787	3.627.989.843
Uberlândia	130.650.125	6.574.121	9.559.043	12.296.475	15.608.599	29.877.649	83.972	280.157.024	83.137.707	5.380.722	6.714.150	178.859.062	5.401.819	764.300.468
Juiz de Fora	47.272.963	2.378.705	2.353.975	99.161.149	20.634.847	15.099.010	0	285.256.732	74.568.394	5.380.722	2.429.372	167.841.154	2.443.058	725.020.182
Contagem	105.530.552	5.310.141	5.387.761	38.325.299	18.629.146	21.340.392	0	113.311.383	78.143.836	5.380.722	5.423.248	220.210.635	5.401.819	622.394.933
Montes Claros	29.468.723	1.482.822	4.033.485	32.385.772	11.182.212	11.601.039	6.044.990	215.749.526	40.431.312	5.380.722	1.514.407	236.696.819	5.401.819	601.373.648
Betim	148.770.843	7.485.928	5.549.307	45.010.670	20.528.242	25.275.600	0	138.565.162	81.231.125	5.380.722	7.645.379	93.179.960	1.373.141	579.996.081
Uberaba	67.255.719	3.384.208	6.135.615	22.494.700	15.474.320	15.264.460	896.167	175.463.035	51.015.438	5.380.722	3.456.292	113.692.322	5.401.819	485.314.817
Total	**8.030.000.000**	**152.465.113**	**338.772.981**	**1.501.585.111**	**1.608.058.884**	**757.520.390**	**359.997.665**	**6.632.697.258**	**2.924.117.127**	**887.072.553**	**155.712.634**	**8.560.851.612**	**865.897.915**	**27.784.749.242**

Fonte: CNM

FURO NO CAIXA

■ Perdas com redução do ICMS dos combustíveis e da energia em Minas Geais

Região	perdas	
	ICMS anual (R$) *	Fundeb - anual (R$)
Alto Paranaíba	137.162.622,00	40.546.739,00
Central	917.408.639,00	455.313.713,00
Centro - Oeste	119.175.024,00	66.319.356,00
Jequitinhonha/Mucuri	57.635.308,00	55.015.707,00
Noroeste de Minas	76.486.178,00	24.428.348,00
Norte de Minas	108.720.533,00	92.952.921,00
Rio Doce	128.342.548,00	95.929.981,00
Sul de Minas	361.692.668,00	166.645.361,00
Triângulo	323.588.604,00	104.529.561,0
Zona da Mata	169.787.874,00	126.199.169,00
Total	**2.399.999.998,00**	**1.227.580.856,00**

Total de perdas – ICMS e Fundeb = **R$ 3.627.580.586,00**

(*)Valor da perda do ICMS líquido já deduzidos os 20% do FUNDEB
Fonte: AMM

Plano de saúde engorda o IPCA

FERNANDO SOUZA/ESPECIAL PARA O EM - 12/4/07

Profissional analisa exames de imagem: custo dos serviços de saúde tiveram forte alta em BH

Roger Dias

Pressionado pelos últimos reajustes nos planos de saúde individuais, o custo de vida em Belo Horizonte, com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a evolução dos gastos das famílias com renda de uma 40 salários mínimos, subiu 1,45% em junho. De acordo com a Fundação Ipead/UFMG, responsável pelo cálculo, a **inflação** já apresenta alta de 6,11% no ano e 11,64% nos últimos 12 meses na capital mineira. Apesar da variação negativa de itens que tiveram maior peso em meses anteriores - casos da gasolina (queda de 1,19%) e do etanol (recuo de 8,93%) -, os custos com saúde e cuidados especiais apresentaram elevação de preços, com alta de 7,66% em junho e 10,97% em 2022.

Os planos de saúde foram os campeões na **inflação** de junho, com alta de 15,40% e contribuição de 0,52 ponto percentual (p.p.) na variação do IPCA. "O plano de saúde veio recompor aquilo que ocorreu nos últimos dois anos. Em 2020, ele aumentou cerca de 8,5%, mas em 2021 houve queda de 8,17%, pela não utilização dos serviços, em função da pandemia. Agora, os custos com assistência de saúde aumentaram muito em relação a 2021, o que explica essa variação expressiva nos preços", ressalta o economista Eduardo Antunes, da Fundação Ipead/UFMG.

"Além dos planos de saúde, tivemos o automóvel novo, que subiu quase 3% e representa uma parcela significativa no mês. O leite também subiu bem e avançou 11% na **inflação**, o que interferiu na **inflação** de junho", complementa. As passagens aéreas encareceram 30,53% no mês, mas têm peso de 0,10 ponto percentual no cálculo da **inflação**. Também com o mesmo peso, o leite apresentou alta de 10,71%.

ALIMENTOS Os alimentos de elaboração primária vêm logo a seguir, com variação de 4,16% no mês e 11,26% no ano. Os industrializados, por sua vez, tiveram **inflação** de 1,23% em junho, com variação positiva de 9,33% desde janeiro. Por fim, os alimentos in natura tiveram efeito reverso e apresentaram retração de 3,62% no mês. Em 2022, no entanto, o item segue com **inflação** de 18,47%.

Segundo a Fundação Ipead/UFMG, o item "encargos e manutenção nas residências" apresentou variação positiva de 2,37%, o que contribui para **inflação** de 5,93% no ano e 9,62% nos últimos 12 meses. Os artigos de residência tiveram alta de 2,06% em junho e 4,51% no ano.

As despesas com vestuário tiveram ligeira alta de 0,78% em junho. No ano, a **inflação** atingiu a faixa dos 7,80%, enquanto a variação nos últimos 12 meses foi de 12,91%. Já as despesas pessoais tiveram aumento de 0,96% no mês passado, o que leva a uma variação de 6,09% em 2022 e 11,57% nos últimos 12 meses.

GASOLINA Com a redução do PIS/Cofins, **impostos** federais, a gasolina está abaixo dos R$ 7 em BH. E a tendência é que o preço tenha nova redução com a nova alíquota do ICMS, que baixou de 31% para 18% no estado. Nesse sentido, o produto deve jogar o índice para baixo a partir do levantamento de julho.

"A gasolina começou a cair nos últimos dias de junho com a redução dos **tributos** federais. Agora, vai haver redução dos **tributos** estaduais, no caso o ICMS. Esperamos que esses valores cheguem à população e que isso se reflita no índice", afirma Eduardo Antunes.

CESTA BÁSICA A cesta básica em Belo Horizonte se manteve praticamente estável (recuo de 0,03%) e custou R$ 680,58. O valor equivale a 56,15% do salário mínimo, o que mantém a cesta da capital mineira como uma das mais caras do Brasil.

A pequena queda em comparação com maio se deve ao recuo do tomate (8,18%), da batata-inglesa (5,79%) e da chã de dentro (0,43%). Produtos como óleo de soja (-1,68%), banana-caturra (-1,11%), pão francês (-0,52%) e arroz (-0,99%) também tiveram retração de preços.

"Há um "cabo de guerra" entre os produtos, o que acaba influenciando na **inflação**. No mês passado, houve uma queda mais expressiva, de quase 5%. Agora houve pequena queda. O tomate foi o que mais interferiu, já que era um dos grandes vilões e agora

segura o preço da cesta básica", afirma Antunes.

Por sua vez, o feijão-carioquinha foi o item com maior **inflação** em junho, com alta de 15,09%. Em 2022, a **inflação** do produto já chega a 39,81%, enquanto a variação nos últimos 12 meses foi de 28,20%. Já o leite pasteurizado teve **inflação** de 6,60%, contribuindo para aumento de 38,57% em 2022 e de 43,40% nos últimos 12 meses.

A manteiga apresentou variação positiva de 1,54% em junho, enquanto o café moído teve **inflação** de 1,20%. A farinha de trigo aumentou0,79%. "A farinha continua muito atrelada ao dólar e acaba sofrendo variação no mercado. No ano, houve aumento de 28%, o que acaba se revertendo nos produtos que são usados para a fabricação, como o pão", afirma o economista.

Site:
https://digital.em.com.br/estadodeminas/06/07/2022/p1

Caixa pagou obras de R$ 50 mil na casa de Pedro Guimarães, em Brasília

Casa alugada em que mora o ex-presidente da Caixa Pedro Guimarães, na beira do lago Paranoá, na região mais valorizada de Brasília Pedro Ladeira/Folhapress

Funcionários da EMIBM Engenharia, contratada pela Caixa, realizam obras na casa de Pedro Guimarães Arquivo Pessoal

Lucas Marchesini e Fabio Serapião brasília

A Caixa Econômica Federal custeou obras na casa em que o então presidente do banco, Pedro Guimarães mora, em Brasília.

As intervenções foram feitas em julho de 2020 por quatro funcionários de uma empresa que mantém contratos com o banco público para a realização de serviços de manutenção em seus prédios e agências.

A Folha falou com dois dos funcionários da EM1BM Engenharia e teve acesso a imagens dos trabalhos sendo realizados. Segundo relato de servidores da Caixa, o custo foi de aproximadamente R$ 50 mil.

O advogado de Guimarães, o criminalista José Luis Oliveira Lima, confirmou a realização das melhorias e disse que elas foram autorizadas pelo setor de segurança após supostas ameaças recebidas pelo à época presidente do banco.

A Caixa afirma que as obras estão relacionadas à segurança do então presidente e são previstas em normas internas.

A reportagem também teve acesso a uma conversa por aplicativo de mensagens em que a então diretora-executiva de Logística e Segurança da Caixa, Simone Benevides de Pinho Lima, autoriza o deslocamento dos funcionários da EMIBM para realizar o trabalho na casa de Guimarães.

Procurada, Benevides disse que tudo aconteceu "dentro do trâmite legal" e por razões "de segurança". "Foi na época da ameaça do auxílio emergencial, dos falsários, que publicaram a ameaça na internet."

Na época das obras, a Polícia Federal abriu inquérito para investigar um ataque hacker ao presidente após o banco fortaleceras medidas de segurança para evitar golpes no pagamento do auxílio emergencial. Uma pessoa chegou a ser presa, em setembro, nos desdobramentos da apuração.

A casa foi alugada por Guimarães depois de o executivo deixar um apartamento mantido pelo banco em um hotel de luxo em Brasília. A residência fica na beira do lago Paranoá, na região mais valorizada da cidade, e tem um campo de futebol. O jardim cuja iluminação foi paga pela Caixa se estende até as margens do lago.

A EM IBM tem contratos para serviços de engenharia com a Caixa há cerca de 25 anos, obtidos por meio de licitações.

O contrato mais recente, de junho de 2020, tem valor estimado de R$ 16,3 milhões. Desse total, R$ 4,9 milhões já foram executados.

Quando lhe foi perguntado sobre a obra realizada na mansão no Lago Sul, um dos funcionários da empresa, o eletricista Francisco Adriano, respondeu que era uma benfeitoria da Caixa, mas disse que mais detalhes poderiam ser dados por Eliziário Filho, outro

funcionário da empresa contratada pelo banco.

Procurado, Elizário Filho disse que, salvo engano, foram 11 postes instalados. "Antigamente tinha uma cerca, retiraram a cerca e ela ficou aberta pro lago. Quem me contratou foi a EMIBM, nós prestamos serviços para ele. Para mim, nada com Caixa. Eu nem sabia que era da Caixa."

Segundo relato de funcionários da Caixa, antes de instalar os postes de luz, Guimarães já tinha tentando passar para o banco uma outra despesa envolvendo o imóvel.

Como a casa não tinha cerca para separá-la da orla do lago, Guimarães tentou passar a conta da instalação da estrutura para o banco, mas o setor responsável negou o pedido. Na época, ele não era comandado por Simone Benevides.

Guimarães deixou a Caixa na semana passada depois de o site Metrópoles revelar acusações de diversos casos de assédio sexual e moral praticados em sua gestão.

Além dele, o vice Celso Leonardo também pediu demissão do banco sob suspeita de acobertar casos de assédio.

Guimarães era tido como um dos auxiliares mais próximos de Jair Bolsonaro (PL), sendo o recordista de participações nas lives do presidente. Foram 28 transmissões desde o início da atual gestão. A última foi na semana anterior ao seu pedido de demissão.

Guimarães foi substituído pela ex-assessora especial do ministro da Economia, Paulo Guedes, Daniella Marques. A nova chefe da Caixa prometeu contratar uma consultoria externa para apurar os casos de assédio.

Essa não será a única investigação sobre o assunto, já que o MPF (Ministério Público Federal), o MPT (Ministério Público do Trabalho) e o TCU (Tribunal de Contas da União) também iniciaram procedimentos para averiguar o que acontecia no banco sob Guimarães.

O MPT realizou uma inspeção na sede da instituição financeira em Brasília na segunda-feira (4). A instituição também pedirá ao MPF o compartilhamento de provas obtidas nas suas investigações.

Custeio seguiu regras de governança, afirma advogado de executivo

Em nota, a Caixa afirma que disponibiliza "aparatos de segurança pessoal a empregados e dirigentes expostos a situação de risco". Segundo o banco, a decisão de prover ao funcionário essas benesses é feita "por meio de adequada avaliação do grau de criticidade envolvido e da compatibilidade do instrumental necessário à prevenção de incidentes".

O advogado José Luis Oliveira Lima, que representa Pedro Guimarães no caso, disse que "a decisão de instalar postes de luz na casa ocupada pelo executivo foi tomada pelo setor de segurança da Caixa num período em que ele e sua família, incluindo os filhos, estavam sofrendo ameaças". De acordo com o advogado, "o custeio dessa iniciativa seguiu todas as regras de governança previstas no estatuto da instituição".

Lima acrescentou ainda que Guimarães pagou "com recursos próprios todas as despesas de locação da casa em Brasília, sem fazer uso de verbas da Caixa a título de auxílio-moradia".

A EMIBM Engenharia disse em nota que não se manifestará sobre suas obras devido a cláusulas de confidencialidade do contrato.

"Temos como uma das mais importantes diretrizes regulatórias, o Compliance EMIBM, estando sempre consoante as leis, cumprindo e fazendo cumprir os regulamentos internos e externos **impostos** às atividades da instituição", afirmou a empresa.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49964&_ga=2.73595730.1133507458.1657080010-1380897342.1635735907&_mather=5177e42f3b1821e2

Bolsonaro se comprometeu a apoiar PEC que veta novos gastos a municípios, diz entidade

Matlieus Teixeira e João Gabriel brasília

O representante da CNM (Confederação Nacional dos Municípios) Paulo Zukowski afirmou nesta terça-feira (5) que o presidente Jair Bolsonaro (PL) se comprometeu a apoiar a aprovação da PEC (proposta de emenda à Constituição) que proíbe a União de criar novas despesas às prefeituras sem indicação da fonte de receita.

Após uma reunião com o chefe do Executivo, Zukowski disse que "isso foi determinado" por Bolsonaro e que tudo já está "praticamente acertado ". As prefeituras alegam que podem perder até R$ 250,6 bilhões ao ano em razão de decisões tomadas em Brasília.

"Querem suprimir talvez um parágrafo ali, desde que não volte para o Senado, e aí estancaria essa sangria que está sendo criada de despesa nova para nós. Lógico que sempre vai ter outras formas, mas pelo menos já é um avanço", afirmou o presidente da CNM.

Zukowski disse que é inadequado o Congresso ou o governo federal instituir pisos salariais, uma vez que a responsabilidade pelo pagamento desses funcionários em muitos casos é dos municípios.

"Nós temos 158 projetos em andamento de criação de pisos. Já foi criado o do magistério, dos agentes comunitários de saúde, hoje pela manhã estavam discutindo o piso dos farmacêuticos na Câmara e, no Senado, o dos garis."

A PEC em questão já foi aprovada pelo Senado, mas ainda falta o aval da Câmara.

Zukowski também afirmou que Bolsonaro se opôs à ideia de vetar pisos salariais criados pelo Legislativo. "Ele foi muito claro -e até não diria que estou condenando ele ou não. "Imagina, se eu vetar, politicamente estou morto", foi a expressão que ele asou", relatou.

Para a estimativa de perda de até R$ 250,6 bilhões ao ano em razão de decisões de Brasília, a CNM considerou tanto medidas que diminuem a arrecadação dos municípios (por exemplo, reduzindo **impostos**) quanto as que aumentam se as gastos (como as que ampliam pisos de determinadas categorias). Também foram levadas em conta propostas já aprovadas pelo Congresso, ate a projeção de impacto de medidas ainda em tramitação.

Dentre as pautas que aumentam as despesas municipais, estão o projeto de lei que amplia o piso para a categoria da enfermagem, o reajuste de salários do Judiciário e a obrigatoriedade de oferta de creches para menores de cinco anos.

Já as matérias que reduzem a arrecadação são as que tocam, sobretudo, no ICMS.

Presidente promove menosprezo, dizem agentes da segurança

Entidades representativas de delegados, peritos e agentes federais publicaram nota conjunta nesta terça (5) em repúdio a falas de Jair Bolsonaro. Para elas, o presidente promove "descaso", "abandono" e "menosprezo" aos integrantes das forças de segurança por sinalizar e não efetivar a reestruturação de carreiras, o que asseguraria ganhos salariais ao segmento que compõe a base de apoio a Bolsonaro.

Marcus Firme, presidente da Fenapef (Federação Nacional dos Policiais Federais), criticou o chefe do Executivo por não enviar ao Congresso proposta para cumprir a promessa. Em razão das restrições impostas pela lei eleitoral, o prazo para iniciativas nesse sentido venceu na segunda-feira (4).

"Com mais um duro golpe aos policiais confirmado, o frágil discurso eleitoreiro de defesa da segurança pública não mais encontra espaço ou eco na sociedade, que passa a enxergar um mandatário que tem se utilizado de expedientes ilusórios, mas jamais realizou efetivamente um ato qualquer em defesa de quem verdadeiramente promove a segurança pública neste país: os policiais civis da União." Raquel Lopes

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49964&_ga=2.73595730.1133507458.1657080010-1380897342.1635735907&_mather=5177e42f3b1821e2

FOLHA DE S. PAULO / SP - MERCADO - pág.: A15. Qua, 6 de Julho de 2022
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Comissão do Senado aprova dedução de gastos com aluguel no IR

Renato Machado

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovou nesta terça-feira (5) projeto de lei que permite deduzir no Imposto de Renda os gastos com aluguel de imóveis residenciais pelos próximos cinco anos.

A proposta ainda prevê a isenção de uma parcela dos recursos obtidos por proprietários que alugam imóveis residenciais.

O projeto de lei, de autoria do senador Alexandre Silveira (PSD-MG), foi aprovado em caráter terminativo pela comissão. Isso significa que ele poderá seguir direto para a tramitação na Câmara dos Deputados, sem a necessidade de votação em plenário do Senado -a não ser que senadores apresentem requerimentos nesse sentido.

A proposta altera a legislação do Imposto de Renda para prever benefícios para locadores e locatários, além de prever pena de multa para os casos de omissão ou declaração falsa de recebimento de aluguéis.

Segundo o texto, até o exercício de 2028 -ano-calendário de 2027, para efeitos de declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física-, os valores pagos na locação de imóveis residenciais podem ser deduzidos nas declarações anuais. Apenas precisarão ser abatidos gastos acessórios, como taxas de condomínio e IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano).

O texto do projeto de lei também busca beneficiar a outra ponta do negócio, os proprietários de imóveis que os colocam para locação. A proposta prevê a isenção no Imposto de Renda de 75% dos recursos relativos ao recebimento de aluguel. A regra vale para o mesmo período, até o exercício de 2028.

"A intenção do projeto é isentar o brasileiro que comprove que não tem nenhum outro imóvel e que pague aluguel. A proposta vai deduzir o valor com aluguel da moradia no Imposto de Renda. O momento vivido com a pandemia teve impacto sobre a renda das pessoas e esse projeto vai contribuir principalmente com as famílias com mais dificuldades financeiras", afirmou Alexandre Silveira.

Um outro dispositivo estabelece multas para quem fornecer informações falsas sobre o recebimento de valores de aluguel. Segundo a **legislação tributária**, os autores de fraudes estarão sujeitos a multas de 75% sobre "a totalidade ou diferença de imposto ou contribuição nos casos de falta de pagamento ou recolhimento, de falta de declaração e nos de declaração inexata".

O projeto de Silveira determina que esse percentual será duplicado nos casos em que o contribuinte prestar declaração inexata por deixar de informar ou informar com inexatidão valores recebidos pela locação residencial de imóvel.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49964&_ga=2.73595730.1133507458.1657080010-1380897342.1635735907&_mather=5177e42f3b1821e2

ICMS Combustível e a guerra fiscal (Artigo)

Diana Bittencourt e Leandro Razera

Na atualidade, está em pauta o estabelecimento de um teto para o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre combustíveis, a fim de mitigar os efeitos drásticos no bolso do sujeito passivo tributário (contribuinte/responsável tributário).

No entanto, estabelecer um teto para o ICMS sobre combustíveis não garante que o preço desses produtos vá cair nas bombas dos postos de gasolina, tendo em vista que a redução do imposto pode ser mitigada pelas próprias empresas do setor, que podem aumentar seus lucros.

Desta forma, entender a gênese da questão do problema do ICMS no Brasil, a guerra fiscal, torna-se fundamental para compreender que reformas fatiadas para suprir emergências, tal como a alta do preço de combustíveis, não são suficientes para garantir entre os entes federativos um desenvolvimento econômico sustentável e, muito menos, para reduzir o impacto no bolso daqueles que suportam o ônus econômico oriundo desta questão do ICMS.

No que concerne a esse imposto, o ponto fulcral da problemática está no fato de que, nas operações internas, há uma competição predatória entre os Estados para que se consagrem na posição de Estado de origem, a fim de lograrem êxito na consecução de uma maior arrecadação tributária a título de ICMS.

Em razão disso, as vantagens que os benefícios fiscais trariam num cenário em que a competição é saudável acabam não ocorrendo no Brasil, tendo em vista que a competição entre os Estados foge desses limites tidos como naturais no mercado.

Quanto aos efeitos nefastos disso, podemos citar a ineficiência da operacionalidade de empresas que optam pela mudança de sua estrutura de business em função do benefício fiscal, assim como também se averigua que a própria seletividade resta comprometida por causa da tributação baixa de produtos que, na verdade, deveriam ser tributados de forma mais elevada.

Em adição, verificamos outros impactos negativos, tais como: erosão da base tributária estadual; deterioração das relações federativas; incapacidade do ente público no financiamento da maximização do bem-estar da população; e distorções concorrenciais e insegurança jurídica.

Neste cenário, é plausível ratificar que a adoção de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) nacional aparece como uma forma de resolver definitivamente a guerra fiscal, embora se mostre como uma reforma um pouco mais drástica e que depende da colaboração de todos os Estados-membros do pacto federativo brasileiro.

Por causa disso, é imprescindível aliar a essa ideia do IVA nacional um projeto de gasto eficiente. Sabe-se que o Brasil, em nível internacional, é considerado um dos países que mais arrecadam, mas que, em razão da ineficiência por intermédio da qual se opera o gasto público, assim como também em razão da regressividade do seu sistema tributário, tem uma das maiores desigualdades sociais.

Combater esse problema demanda uma maior consciência dos entes políticos quanto à necessidade de cooperação, solidariedade e supremacia do interesse da República Federativa do Brasil, em detrimento dos interesses que atendam, unicamente, a cada membro do pacto federativo brasileiro de forma isolada.

No presente caso, a União promoveria a criação de um Órgão Nacional de Estudo das Formas de Combate às Diferenças Regionais, cuja atuação, no que tange à promoção de um gasto público eficiente, ocorreria com a cooperação de outros órgãos de estudo, devendo haver um grupo de especialistas numa determinada gama de assuntos, como Engenharia (infraestrutura), Economia, Direito Administrativo, Sociologia e Psicologia, compondo um órgão independente, concentrado em cada região do País, que passaria as informações para este Órgão Nacional de Estudo das Formas de Combate às Diferenças Regionais.

Dessa forma, o órgão de estudo da Região Sul apresentaria as necessidades dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Essas informações, ao serem encaminhadas ao órgão nacional, seriam confrontadas com as fornecidas pelos órgãos das Regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste quanto às demandas dos Estados que as integram, com o intuito de ser estudada a forma por intermédio da qual, de maneira mais efetiva, se conseguiria promover um desenvolvimento equânime entre esses Estados.

Por conseguinte, infere-se que este gasto mais eficiente, aliado à concentração de todos os **tributos**

sobre o consumo num IVA nacional cuja receita seria integralmente destinada aos Estados, apesar de a distribuição da receita estar a cargo da União, é uma forma eficiente de dar robustez a um desenvolvimento regional igualitário, bem como teria por resultado o fim da guerra fiscal e, como consequência, reduziria o preço do combustível no ponto final da cadeia produtiva, com impacto positivo na bomba.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

As regras para o cigarro eletrônico pelo mundo

JÚLIA MARQUES

Após consultas públicas nos últimos meses, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) deve começar a votar hoje sobre manter ou não a proibição da venda de cigarros eletrônicos no País. O Brasil faz parte de um grupo de 32 nações que vetam o comércio do produto, a exemplo de México, Índia e Argentina. Outras 79 - como Estados Unidos, Reino Unido e Canadá - liberaram com maior ou menor grau de restrição, conforme relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS) de 2021.

Fabricantes dos dispositivos argumentam que eles oferecem risco reduzido à saúde, em comparação ao cigarro tradicional, e por isso deveriam ser liberados como alternativa para uso adulto. Também dizem que o veto não impede a venda irregular. Pesquisas científicas de universidades de ponta e entidades médicas, porém, apontam presença de substâncias desconhecidas nos dispositivos e potencial de incentivar o tabagismo entre adolescentes e jovens que nunca fumaram - o que justificaria manter a proibição.

Cigarros eletrônicos, ou vapes, funcionam por meio de uma bateria que aquece um líquido interno, composto por água, aromatizante, nicotina, propilenoglicol e glicerina.

Têm formas variadas, e modelos mais modernos se parecem com pen-drives. Alguns são fechados: não é possível manipular o líquido interno. Outros podem ser recarregados com líquidos de várias substâncias e sabores, como uva e menta.

Os cigarros eletrônicos surgiram nos anos 2000 e tiveram crescimento impulsionado, inicialmente, por empresas novas.

Depois, grandes multinacionais de tabaco como British American Tobacco (BAT), Philip Morris e Altria compraram participações em empresas de cigarros eletrônicos ou criaram as próprias marcas. Hoje, são cerca de 30 mil marcas de cigarros e líquidos à venda na Europa. Em 2014, as vendas globais eram de US$ 2,76 bilhões (R$ 14,8 bilhões). Após cinco anos, saltaram para US$ 15 bilhões (R$ 80,7 bilhões).

ANVISA. A regra brasileira que proíbe os cigarros é de 2009.

Na época, a Anvisa apontou ausência de dados científicos que comprovassem a segurança dos dispositivos e seguiu um princípio de precaução ao proibir. Já em abril deste ano, apresentou relatório parcial com nova avaliação. Esse estudo sugeriu manter a proibição e aumentar a fiscalização para coibir vendas irregulares. Hoje, um relatório final será apresentado pela Anvisa, que deve iniciar votação sobre o tema.

O México baniu o produto em maio - já havia proibido a importação e exportação, mas decidiu endurecer as regras, sob justificativa de que vapes atraem adolescentes e podem ter substâncias tóxicas em níveis mais altos do que a fumaça do tabaco em combustão.

Já os países que liberaram, como o Reino Unido, veem redução de danos na comparação com o cigarro

tradicional.

Estudo de 2015 divulgado pela agência do serviço de saúde britânica, a PHE, indicou que cigarros eletrônicos são 95% menos prejudiciais do que o tabaco - os dados, usados como argumento pela liberação, foram contestados depois por parte dos cientistas, por suposto conflito de interesses.

Países que liberam vapes fixam diversas regras: cigarros eletrônicos podem ser classificados como produtos de tabaco, farmacêuticos ou de consumo.

Portugal e Itália estabelecem limites de nicotina presente no líquido e tamanho do refil para recarga. Também há indicações de veto da venda a adolescentes ou de uso em áreas fechadas. Na Austrália, cigarros eletrônicos de nicotina são considerados medicamentos e só podem ser obtidos com receita médica. A ideia da norma, de 2021, é conter o uso por jovens - de 2016 a 2019, a taxa de australianos de 18 a 24 anos que relatam usar os dispositivos quase dobrou, de 2,8% para 5,3%, segundo a OMS. Há ainda países, como Finlândia e Hungria, que vetam qualquer sabor que não seja o de tabaco.

JOVENS. O uso por adolescentes foi um dos principais efeitos colaterais da popularização de cigarros eletrônicos.

Nos EUA, um em cada cinco alunos de ensino médio usava vapes em 2020, segundo o Centro de Controle e Prevenção de Doenças. Em 2011, a taxa, conforme a OMS, era de 1,5%.

Quando surgiram, os cigarros eletrônicos encontravam pouca supervisão federal nos Estados Unidos. Só em 2016, a FDA, órgão de vigilância sanitária americana, passou a regulá-los como "novos produtos de tabaco" e tornou ilegal vender vapes a menores de 18 (em 2019, subiu para 21 anos).

Tentativas regulatórias de reduzir os efeitos nocivos, principalmente entre os jovens, têm se mostrado pouco eficazes, segundo pesquisadores das Universidades de Stanford e da Califórnia. Em 2020, a FDA priorizou a fiscalização de cigarros eletrônicos em forma de cápsulas e cartuchos com sabor, mas cresceu o consumo de descartáveis. "Estamos preocupados porque, a menos que a FDA regule todos os tipos de tabaco e, em particular, todos os tipos de cigarros eletrônicos, continuaremos a ter jovens pulando para diferentes dispositivos de cigarro eletrônico", disse ao Estadão a professora de Pediatria de Stanford Bonnie Halpern- Felsher, autora da pesquisa.

Segundo ela, políticas para vapes nos EUA não têm conseguido proteger os mais novos.

Representantes da indústria do tabaco, porém, argumentam que a liberação não é para adolescentes. "Esses produtos não são de risco zero, são de risco reduzido. A maior parte contém nicotina e não são para menores de 18 anos", diz Delcio Sandi, diretor de relações externas da BAT Brasil, com produtos à venda em mais de 30 países. "O que queremos é oferecer a adultos fumantes brasileiros essa alternativa." Já a Philip Morris, em nota, aponta que seu produto de tabaco aquecido difere de cigarros eletrônicos e "afasta a perspectiva de iniciação de jovens".

Afirma ainda que o interesse é "quase exclusivo de adultos fumantes por alternativas menos tóxicas".

MOBILIZAÇÕES. Para Paulo Corrêa, da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia, países que liberaram os dispositivos têm dificuldade de retroceder nas regras e há judicialização.

Ele cita que, em junho, a FDA negou autorização a uma das marcas mais populares nos EUA, a Juul, por falta de evidências sobre efeitos adversos.

No dia seguinte, a empresa obteve liminar para manter seus produtos no mercado.

"Alguns países, por falta de evidência científica de que os produtos causavam malefício à saúde (na época), liberaram a venda às vezes até sem regulação", diz Andréa Reis, chefe da Divisão de Controle do Tabagismo do Instituto Nacional de Câncer (Inca). O volume de evidências hoje, afirma, justifica manter o veto. "Estados Unidos e União Europeia estão dando um passo atrás." Em junho, a Comissão Europeia propôs proibir a venda de produtos de tabaco aquecido com sabor, em tentativa de tornar o fumo "o menos atraente possível" - o órgão estima alta de 10% nas vendas em seis países.

"Não tivemos tempo de estudar todos os danos produzidos pelo aerossol", diz Andréa.

Em 2021, estudo de cientistas da Universidade Johns Hopkins (EUA), publicado na revista Chemical Research in Toxicology, encontrou quase 2 mil substâncias em cigarros eletrônicos, a maioria não identificadas.

Entre os reconhecidos, seis eram potencialmente prejudiciais. Foram analisadas quatro marcas populares, com sabor de tabaco, e chamou a atenção do grupo a detecção de cafeína em duas delas - o que já havia sido achado antes, mas só em cigarros com

sabor de café ou chocolate. "Isso pode estar dando aos fumantes impulso extra que não é divulgado", disse Mina Tehrani, uma das autoras, em **comunicado** da Johns Hopkins.

A alta concentração de nicotina em certos dispositivos (a vaporização de um "pen-drive", por exemplo, equivale a um maço) também torna a experiência altamente viciante.

Nos EUA, casos de lesão pulmonar associada aos cigarros eletrônicos (Evali) chamaram a atenção em 2019. O país registrou 68 mortes, em faixa etária média de 24 anos. Após pesquisas, os Centros de Controle e Prevenção de Doenças concluíram que produtos com THC (componente da maconha) estavam ligados à maioria dos casos.

No Brasil, a Anvisa recebeu oito notificações. A primeira, em 2019; a última, em abril.

Representantes da indústria do tabaco afirmam que a lesão não é causada pelo dispositivo, mas pela adulteração do líquido usado e dizem ainda que dúvidas sobre a composição dos cigarros eletrônicos recaem justamente em produtos irregulares - e que a regulação poderia impedir problemas.

A especialista em toxicologia e doutora pela USP Silvia Cazenave diz que a "regulamentação auxilia o controle porque quando se regulamenta, obriga- se a fiscalização". Segundo ela, a regulação também pode ajudar a encontrar formatos que evitem o consumo entre jovens, público considerado mais vulnerável, como controlar a publicidade online e sabores atraentes aos mais novos.

A proibição, diz a Philip Morris, leva ao "uso irresponsável" dos mais diversos tipos de cigarro eletrônico e sem "nenhum tipo de controle". Liberar com regras elevaria o controle em caso de problemas e evitaria perda na arrecadação de **impostos** criada pela venda irregular (não taxada).

A Anvisa reconhece a necessidade de enfrentar o mercado irregular e fez a sugestão, no último relatório, de melhorar a fiscalização no meio digital, fronteiras e pontos de venda, com ajuda da **Receita Federal** e polícias. Aponta ainda que mesmo onde dispositivos foram liberados com regras, o mercado ilegal continuou. Segundo o governo canadense, 80% das lojas promoviam produtos fora das regras em 2019.

Procurada, a Anvisa disse que a análise de impacto foi feita pela área técnica e sua finalização está sendo concluída com base no apresentado na tomada pública de subsídios de 60 dias, "encorpando o processo com a participação dos stakeholders desse mercado".

Experimentação de cigarro eletrônico é maior entre jovens

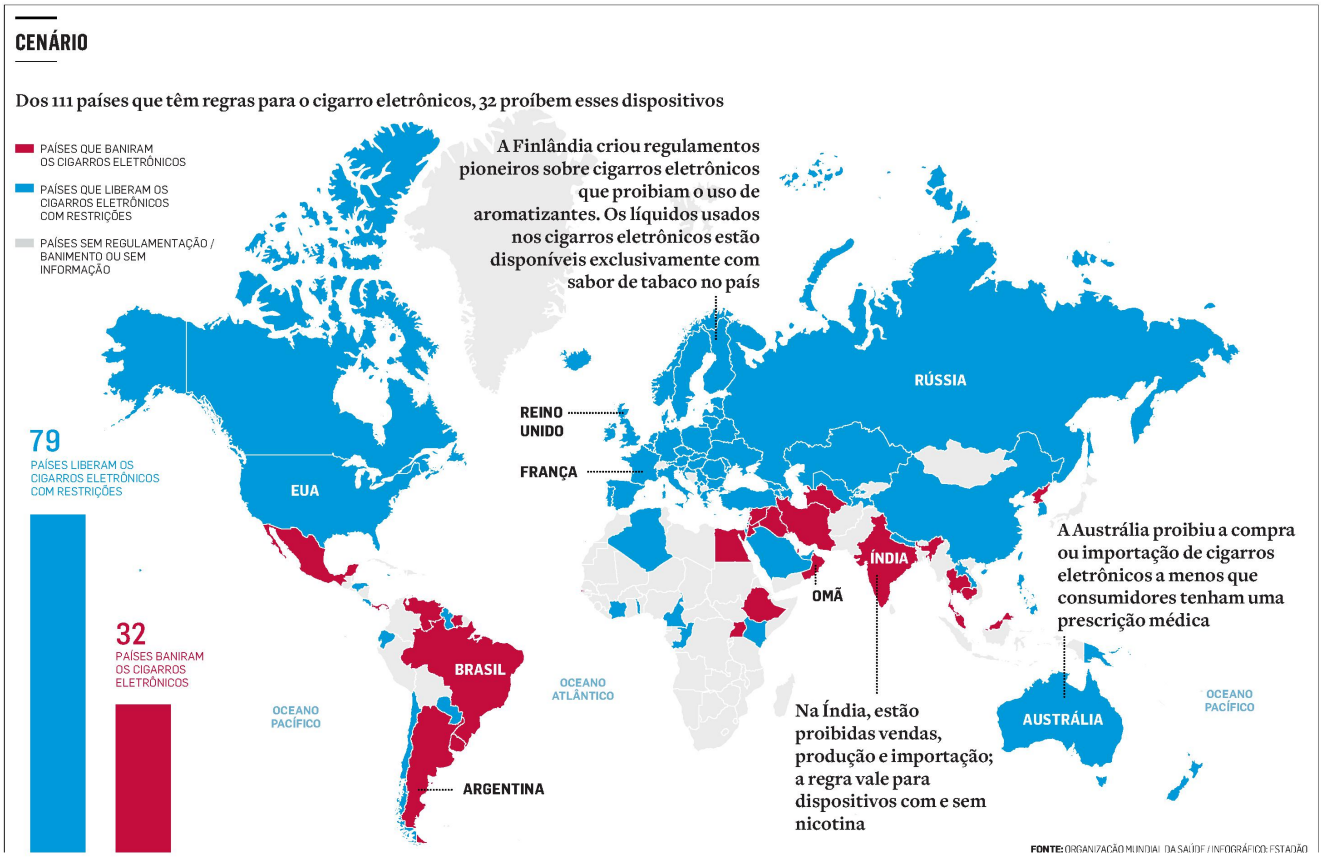
Dados de um inquérito brasileiro divulgado em março mostram que a taxa de experimentação do cigarro eletrônico entre jovens de 18 a 24 anos é o dobro do índice da população adulta em geral.

Um em cada cinco jovens disseram que já usaram os dispositivos - a taxa cai para 7,3% na população em geral, diz estudo da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

O risco da liberação, para especialistas em saúde, é aumentar o uso por quem ainda não fuma - e esses podem migrar para o cigarro tradicional, mais barato, ou passar a usar os dois produtos.

O Brasil é reconhecido internacionalmente por esforços para reduzir o tabagismo (nos últimos 25 anos, a taxa de fumantes caiu de 34,8% para 12,8%).

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo


CENÁRIO
Dos 111 países que têm regras para o cigarro eletrônicos, 32 proíbem esses dispositivos
PAÍSES QUE BANIRAM OS CIGARROS ELETRÔNICOS
PAÍSES QUE LIBERAM OS CIGARROS ELETRÔNICOS COM RESTRIÇÕES
PAÍSES SEM REGULAMENTAÇÃO / BANIMENTO OU SEM INFORMAÇÃO
A Finlândia criou regulamentos pioneiros sobre cigarros eletrônicos que proibiam o uso de aromatizantes. Os líquidos usados nos cigarros eletrônicos estão disponíveis exclusivamente com sabor de tabaco no país
79
PAÍSES LIBERAM OS CIGARROS ELETRÔNICOS COM RESTRIÇÕES
32
PAÍSES BANIRAM OS CIGARROS ELETRÔNICOS
EUA
REINO UNIDO
FRANÇA
RÚSSIA
ÍNDIA
OMÃ
BRASIL
ARGENTINA
OCEANO PACÍFICO
OCEANO ATLÂNTICO
A Austrália proibiu a compra ou importação de cigarros eletrônicos a menos que consumidores tenham uma prescrição médica
AUSTRÁLIA
OCEANO PACÍFICO
Na Índia, estão proibidas vendas, produção e importação; a regra vale para dispositivos com e sem nicotina
FONTE: ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Premiê britânico na berlinda após renúncia de ministros

Max Colchester Dow Jones Newswires, de Londres

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187264?page=1&section=1

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187264?page=1&section=1

A piora do risco fiscal e um 2023 com mais inflação (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187264?page=6&section=2

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187264?page=6&section=2

Projeções para o PIB ficam levemente mais otimistas - MERCADO S/A

AMAURI SEGALLA

Quanto vai crescer o **PIB** brasileiro em 2022? Passado meio ano e com avanços registrados em alguns setores, os especialistas começam a rever suas projeções para cima. No Itaú, a estimativa foi alterada de 1% para 1,6%, um pouco abaixo da previsão do Bradesco, que espera agora um crescimento de 1,8% ante 1,5% na análise anterior. O maior otimismo está em sintonia com as avaliações feitas pelos segmentos econômicos mais importantes. A Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil (CBIC), por exemplo, está mais animada agora do que já esteve no início do ano. Antes, a entidade projetava um crescimento de 2,5% para a sua atividade em 2022. Agora, as estimativas pularam para 3%. A mudança se deve, sobretudo, aos bons resultados do primeiro trimestre, que vieram acima do esperado. O segmento passou sem arranhões pela crise econômica. Em 2021, os negócios gerados pela construção civil brasileira avançaram expressivos 9,7% sobre 2020.

Carros da Tesla apresentam novas falhas de segurança

Os carros da Tesla, empresa que pertence ao bilionário americano Elon Musk, entraram na mira de órgãos reguladores. A KBA, agência de trânsito rodoviário da Alemanha, disse que dois modelos da marca - Tesla Model Y e Model 3 - apresentaram falhas em um dispositivo que foi projetado para entrar em contato com equipes de emergência em caso de acidente. Recentemente, a NHTSA, órgão de segurança veicular dos Estados Unidos, identificou problemas nos freios de 400 mil carros da fabricante.

Bancos discordam sobre o preço do petróleo

O mercado financeiro parece não ter a menor ideia a respeito da futura cotação do preço dos combustíveis. No início da semana, o banco americano JP Morgan estimou que o valor do barril do petróleo poderá chegar a US$ 380 em um cenário pessimista. Ontem, foi a vez do conterrâneo Citi dar seu parecer, mas na direção oposta. Para o Citi, há o risco de a recessão econômica global levar o petróleo para a casa dos US$ 60. Como se vê, as instituições têm visões antagônicas. Quem tem razão?

Estudo confirma: rodovias públicas são mais perigosas

Um estudo realizado pela Fundação Cabral mostra por que a entrada em peso da iniciativa privada na infraestrutura é um caminho fundamental. De acordo com a pesquisa, as rodovias federais sob gestão pública são mais perigosas do que aquelas nas mãos

da iniciativa privada. Quando se leva em conta a gravidade dos acidentes, as estradas administradas por governos respondem por 80,4% do total, enquanto as concedidas ficam com 19,6%. A Dom Cabral analisou 264.196 acidentes entre 2018 e 2021.

Rapidinhas

A Petz, maior rede de produtos para animais do país, concluiu nesta semana a compra da empresa de tapetes higiênicos Petix por R$ 70 milhões - desse montante, R$ 35 milhões foram pagos em ações. A Petix possui uma fábrica em Monte Mor, no interior paulista, e detém cerca de 30% do mercado nacional de tapetes higiênicos.

A fabricante de bicicletas Caloi vai retomar a produção de um ícone dos anos 80. Trata-se do modelo Cross Extra Light, mas, agora, obviamente revigorado. A empresa chamará alguns consumidores para ajudar os engenheiros na concepção do produto, que deverá chegar ao mercado ainda em 2022. A Caloi Cross surgiu em 1981.

Depois de dois anos de forte crescimento, as startups colocaram o pé no preio. A onda de demissões ganhou novo capítulo: ontem, a Loft, uma das principais startups de imóveis da América Latina, anunciou a demissão de 384 funcionários, o equivalente a 12% do quadro de 3,2 mil colaboradores. Em abril, a empresa havia cortado 159 pessoas.

A Justiça de São Paulo decretou, em segunda instância, a falência da Máquina de Vendas, controladora da rede Ricardo Eletro. Fundada em 1989 na cidade mineira de Divinópolis , a empresa se tornou rapidamente uma das maiores vendedoras de eletrodomésticos do país, chegando a ter 1,2 mil lojas e 28 mil empregados.

641 mil

carros elétricos foram vendidos pela montadora BYD no primeiro semestre, uma disparada de 300% sobre o mesmo período de 2021. Com isso, a empresa chinesa superou a Tesla e se tornou a maior fabricante do mundo de veículos movidos a eletricidade.

As criptomoedas são 100% baseadas na teoria do tolo maior" Bill Gates, fundador da Microsoft

Desafios à frente (Editorial)

A aprovação da PEC1/2022 na Câmara dos Deputados vai garantir benefícios sociais a uma fatia significativa da população afetada pelo desemprego ainda elevado e a alta da **inflação**. A PEC eleva o Auxílio Brasil de R$ 400para R$ 600 mensais e amplia o pagamento para 19 milhões de famílias - zerando a fila pela ajuda garante o passe livre para idosos no transporte público urbano, aumenta o vale-gás para R$ 120 a cada bimestre e libera R$ 500 milhões para o programa Alimenta Brasil, destinado à compra de produtos de agricultores familiares para doação às famílias mais carentes. Prevê ainda auxílio de R$ 1 mil para caminhoneiros autônomos e uma ajuda a taxistas ainda sem valor definido.

Com 125,2 milhões de brasileiros vivendo com algum grau de insegurança alimentar, sendo que 33,1 milhões convivem diariamente com a fome, a ajuda é mais do que necessária. Mas a forma como ela está sendo feita, sem observar os gastos públicos e com alcance apenas até o fim deste ano, está longe de resolver o problema da **inflação**, do desemprego ou da fome.

Para os que não têm nada, pouco é muito. Mas hoje o valor da cesta básica nas principais capitais supera o R$ 600 do Auxílio-Brasil, com o maior valor chegando a R$ 777,93 em São Paulo e ficando abaixo do novo patamar do auxílio apenas em cinco das 17capitais pesquisadas pelo Dieese em maio. Ainda assim, o menor valor (R$ 548,38) corresponde a 91,4% do benefício. Já o novo valor do vale-gás é pouco superior ao preço médio do botijão de 13kg no país hoje, na casa de R$ 113. A ajuda vai garantir comida e gás para preparar os alimentos até o fim deste ano. Como não é uma política de Estado, acaba com o fim do governo atual.

O vale para os caminhoneiros de R$ 1 mil é suficiente para comprar 144 litros de diesel, considerando o preço médio de R$ 6,94 no país, o que representa 36% da capacidade média do tanque de um caminhão que varia de 300 a 500 litros. Nos caminhões maiores, equipados com dois tanques de 450 litros cada, o volume adquirido é menor ainda, correspondendo a 16% do volume total. Com um desempenho em torno de 3 quilômetros por litro de diesel, o abastecimento com o vale é suficiente para rodar 432 quilômetros, ou seja, ir de Belo Horizonte ao Rio de Janeiro uma única vez.

Postos os efeitos positivos da PEC 1/2022, é preciso lembrar que os gastos de R$ 41,2 bilhões estão fora do Orçamento aprovado para este ano. A cotação do dólar iniciou uma escalada na semana passada e ontem fechou a R$ 5,389, o maior valor desde janeiro. A alta da moeda norte-americana tem impacto direto na **inflação**, pesando sobre gasolina, diesel e alimentos, além de pressionar as tarifas de serviços públicos.

No médio prazo, aumento de gastos públicos tem efeito inflacionário, por aumentar aliquidez da economia e fomentar o consumo, o que dificulta a missão do Banco Central, que já admite romper o teto da meta inflacionária pelo segundo ano em 2022. Com isso, os juros vão subir mais ainda. E se a **inflação** é um problema mundial, ele é maior aqui, como mostra estudo da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), revelando que a **inflação** acumulada em 12 meses no Brasil, até maio, de 11,7%, é a quarta maior entre os países do G-20, abaixo apenas da Turquia (73,5%), Argentina (60,71%) e Rússia (17,1%). O descontrole das contas públicas é um passo para se perder o controle da **inflação**, com o risco de o país repetir a década de 1980. E são os mais pobres, ajudados agora, que serão os mais prejudicados.

Site:
https://digital.em.com.br/estadodeminas/06/07/2022/p1

O Brasil no início da crise dos ricos (Artigo)

Vinícius Torres Freire Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

O Sobrenatural de Almeida, os Elfos dos Mercados, as Fadas da Confiança e o tamanho da paulada nos juros americanos vão dizer se as economias centrais do mundo vão entrar em recessão neste segundo semestre de 2022.

Mas o mundo do dinheiro grosso lá fora já está nervosinho e tendo chiliques. Nessa situação, sempre sobra para nós, mais pobrinhos e burrinhos.

A gente acha que esses assuntos são esotéricos ou francamente tediosos, mas eles definem muito das nossas vidinhas. Mais especificamente, nos importa o preço das commodities (coisas como comida, minérios e petróleo), as quais o país vende aos montes, e a taxa de câmbio (o "preço do dólar").

Depois de um período em que não aproveitamos de todo a maré alta das commodities, no último ano e meio, agora pode ser que percamos algum benefício da baixa de preços dessas mercadorias básicas.

Na alta, que em tese nos beneficia, tivemos dólar caro, o que não é costumeiro nessas situações, causando ainda mais **inflação**. Na baixa, podemos perder a renda extra com commodities e ainda ter um dólar caro (R$ 5,38, nesta terça-feira, ante a média de R$ 4,76 de abril).

Por ora, o que dá para ver no mundo rico além da névoa de suspeitas de recessão é o preço das commodities baixando um tanto desde meados de junho, além do consumo andando de lado ou caindo pelo menos desde março e de tropeços recentes nas encomendas para a indústria.

Em dólares, commodities relevantes já estão com preços menores do que aqueles de um pouco antes da invasão da Ucrânia pela Rússia. Em reais, muitas vezes não ou a baixa é menor, graças à desvalorização recente da moeda brasileira.

O dólar tem se valorizado ante quase todas as moedas relevantes do mundo. Nessas idas e vindas, a desvalorização do real é quase sempre maior, por motivos que não cabem nestas linhas (se é que alguém sabe mesmo o motivo, para falar francamente). Junte-se a isso a avacalhação sórdida do governo do país e temos esse real que não vale nada, pressionando a **inflação**.

Não está claro também até onde vai essa baixa relativa das commodities. Havendo recessão, não se sabe o tamanho do tombo. Gente sabida do mercado e da economia tem opiniões díspares. Bom não vai ser e, de resto, há risco de acidentes.

Uma alta de juros forte vai tornar críticos os excessos de endividamento? Gente graúda vai quebrar? Dado esse risco, os bancos centrais vão pisar fundo no acelerador de juros? Etc.

Por ora, o povo que atua nos mercados de commodities está saindo de fininho. Pode ser por causa de menos compras e também de menos especulação e uso de contratos com essas mercadorias como "hedge", proteção contra **inflação**.

Os preços ainda estão salgados e as mudanças não são todas "estruturais", dependentes das perspectivas sobre o crescimento da economia -o tempo ajudou e a previsão de safras de grãos básicos melhorou um tico, por exemplo.

Pelos últimos dados disponíveis e comparáveis (fim de junho), o preço do barril de petróleo está uns 36% maior do que no final de 2021. Os preços de diesel e gasolina no mercado que interessam para o Brasil ainda estão em alta de mais de 50%.

O resumo dessa ópera é que a economia mundial vai andar mais devagar, se não der para trás, sujeita a trovoadas e raios. Isso quer dizer commodities mais baratas (exportações vão render relativamente menos) e outros efeitos indiretos do desaquecimento global por aqui. O dólar está em alta pelo mundo inteiro e sabe-se lá que tapa extra para cima a política nacional pode dar na taxa de câmbio.

Sim, o nosso crescimentozinho tem se segurado até agora. Mas convém olhar pela janela para ver o tempo fechando lá fora.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49964&_ga=2.73595730.1133507458.1657080010-1380897342.1635735907&_mather=5177e42f3b1821e2

Petróleo cai 9%, sob temor de recessão; dólar vai a R$ 5,38

Funcionários trabalham em extração de petróleo em campo em Basra, no Iraque; Brent caiu a US$ 102,91 Essam Al-Sudan/Reuters

Clayton Castelani

O temor de recessão generalizada voltou a incomodar os mercados e afundou o preço do petróleo nesta terça-feira (5), contrariando expectativas de alta devido às pressões inflacionárias que a guerra na Ucrânia impõe sobre a commodity.

No mercado internacional, o preço de referência do barril da matéria-prima em estado bruto desabava 9,33% no encerramento do dia, a US$ 102,91 (R$ 554,61).

A queda desse tipo de petróleo, classificado como Brent, pode chegar a US$ 65 (R$ 350,30) em caso de recessão global liderada pela desaceleração da economia dos Estados Unidos, segundo avaliação do Citigroup, reportada pela Bloomberg.

A projeção do Citigroup contraria a recente expectativa de elevação a US$ 380 do Brent (R$ 2.047) apontada pelo JP Morgan, que considera um cenário em que a Rússia elevaria substancialmente os preços da sua produção em resposta às sanções impostas pelo Ocidente.

O contexto desfavorável às commodities levou para o fundo as duas principais empresas da Bolsa de Valores brasileira.

As ações preferenciais da Petrobras, as mais negociadas neste pregão, caíram 3,81%. Os papéis ordinários da petroleira despencaram 4,27%. As ações ordinárias da mineradora Vale fecharam em queda de 0,50%.

Esses resultados contribuíram para a queda de 0,32% do Ibovespa, índice de referência da Bolsa, que fechou com a pontuação de 98.294.

Em resposta ao risco, investidores buscaram ativos ligados ao dólar, provocando forte valorização da moeda americana.

No mercado de câmbio do Brasil, a divisa estrangeira subiu 1,16%, a R$ 5,3870, a sua maior cotação desde 28 de janeiro.

"O Brent caiu quase 10% hoje, principalmente por reflexo de temores de recessão. O receio é que, com os bancos centrais das principais economias subindo juros para controlar **inflação**, ocorra uma desaceleração econômica muito rápida", comentou Jennie Li, estrategista de ações da XP.

Na contramão do setor de commodities, o varejo apresentou recuperação robusta nesta sessão da Bolsa. Magazine Luiza, Via e Americanas dispararam 11,74%, 11,48% e 9,73%, respectivamente.

"São papeis que estavam extremamente desvalorizados e passaram hoje por processo de repique", comentou Leandro Petrokas, sócio da Quantzed.

Analistas ouvidos pela agência Reuters atribuíram a alta do varejo à expectativa de injeção de recursos na economia com o avanço no Congresso da PEC (proposta de emenda à Constituição) que autoriza bilhões para caminhoneiros, taxistas e Auxílio Brasil em ano eleitoral.

As taxas de juros dos contratos DI (Depósitos Interbancários) de curto prazo voltaram a apontar para o alto pelo segundo dia consecutivo, após uma trégua na semana passada. Negociada entre bancos, a taxa DI sobe quando o setor espera que o Banco Central será obrigado a aumentar os juros básicos (Selic) para segurar a **inflação**.

Na Bolsa de Nova York, o indicador S P 500, que chegou a cair mais de 2% durante a sessão, avançou no final do dia para fechar com ligeira alta de 0,16%.

O impulso veio do setor de tecnologia, cujo índice focado nesse segmento, o Nasdaq, ganhou 1,75%. Mas no grupo das empresas de grande valor, a sessão

foi negativa, com queda de 0,42% do índice Dow Jones.

Na véspera, o Ibovespa caiu 0,35%, a 98.608,76 pontos, em um dia de pouca liquidez no mercado devido ao feriado do Dia da Independência nos Estados Unidos.

"O retorno dos negócios nos Estados Unidos [após o feriado] encontrou uma sessão de aversão a risco global nos mercados, com os temores com uma reação agressiva dos bancos centrais e uma consequente recessão pesando nos preços das bolsas e das commodities", comentou Nicolas Borsoi, economista-chefe da Nova Futura. "Não é uma prescrição animadora para o Ibovespa", disse.

A Bolsa vem apresentando prejuízos devido a um cenário que mistura medo de uma forte desaceleração nas principais economias do planeta e risco de que o governo brasileiro provoque prejuízos à execução futura do Orçamento ao aumentar gastos em uma tentativa de melhorar a popularidade do presidente Jair Bolsonaro (PL), que disputará a reeleição.

No fechamento do segundo trimestre de 2022, o Ibovespa afundou 17,88%.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49964&_ga=2.73595730.1133507458.1657080010-1380897342.1635735907&_mather=5177e42f3b1821e2

Aposta em criptomoeda deixa El Salvador à beira da falência

A criptomoeda bitcoin deveria transformar a economia de El Salvador e fazer uma revolução financeira na pobre nação centro- americana. Mas cerca de um ano depois de o presidente do país, Nayib Bukele, tornar em moeda nacional a moeda digital mais popular, a aposta parece estar saindo pela culatra.

As reservas do governo em bitcoin perderam aproximadamente 60% de seu valor presumido durante a recente queda no mercado. O uso de bitcoin entre os salvadorenhos despencou, e o país está ficando sem dinheiro vivo, depois de Bukele fracassar em captar novos fundos com investidores do ramo de criptomoedas.

Ainda assim, os percalços financeiros não prejudicaram a popularidade de Bukele. Pesquisas mostram que cerca de 8 a cada 10 salvadorenhos apoiam o presidente, em parte graças a sua popular repressão às gangues criminosas e seus subsídios sobre combustíveis, que amainaram as consequências da **inflação** global em seu país.

AUTORITARISMO. Mas o fracasso de Bukele em seus objetivos declarados a respeito do bitcoin - de trazer investimento ao país e ajuda financeira aos pobres - expuseram as limitações de sua governança autoritária com foco na imagem, afirmam críticos. Também levantou dúvidas a respeito da sustentabilidade financeira de seu ambicioso plano de modernizar El Salvador em detrimento da governança democrática.

No ano passado, o governo de Bukele alocou o equivalente a 15% de seu orçamento anual de investimento na tentativa de incorporar o bitcoin à economia nacional.

O governo ofereceu US$ 30, cerca de 1% do que um trabalhador salvadorenho médio ganha em um ano, para todos os cidadãos que baixassem um aplicativo de pagamentos com criptomoedas apoiado pelo governo chamado Chivo Wallet; chivo significa "legal" na gíria local.

Bukele afirma que aproximadamente 3 milhões de salvadorenhos, ou 60% da população adulta, atenderam ao seu chamado.

Ainda assim, o uso da criptomoeda despencou.

Somente 10% dos usuários do Chivo continuaram a fazer transações com bitcoin no aplicativo, de acordo com um estudo realizado em fevereiro por três economistas com base nos EUA, publicado pela ONG National Bureau of Economic Research.

Uma outra sondagem, da Câmara do Comércio de El Salvador, de março, constatou que apenas 14% das empresas fizeram transações em bitcoin desde que a criptomoeda foi introduzida no país, em setembro.

O esforço de Bukele sofreu também com uma liquidação global de criptomoedas, que baixou em bilhões de dólares os valores dos ativos desde março.

TECNOLOGIA. Ainda assim, entusiastas do bitcoin e empreendedores argumentam que a introdução da moeda digital transformou a imagem de El Salvador e o país passou a ser visto como um desbravador da tecnologia.

Mas críticos também afirmam que o bitcoin também fracassou em relação à promessa de trazer empreendedores do ramo de criptomoedas ao país.

Somente 48 novas empresas com foco em bitcoin foram registradas em El Salvador desde a introdução da criptomoeda, segundo o Banco Central do país; isso representa menos de 2% de todos os negócios abertos desde 2019.

A queda de valor tampouco dissuadiu Bukele de seu entusiasmo pelo bitcoin. No Twitter, ele anunciou que comprou cerca de 2,4 mil tokens de bitcoin desde setembro, com um valor estimado de US$ 100 milhões.

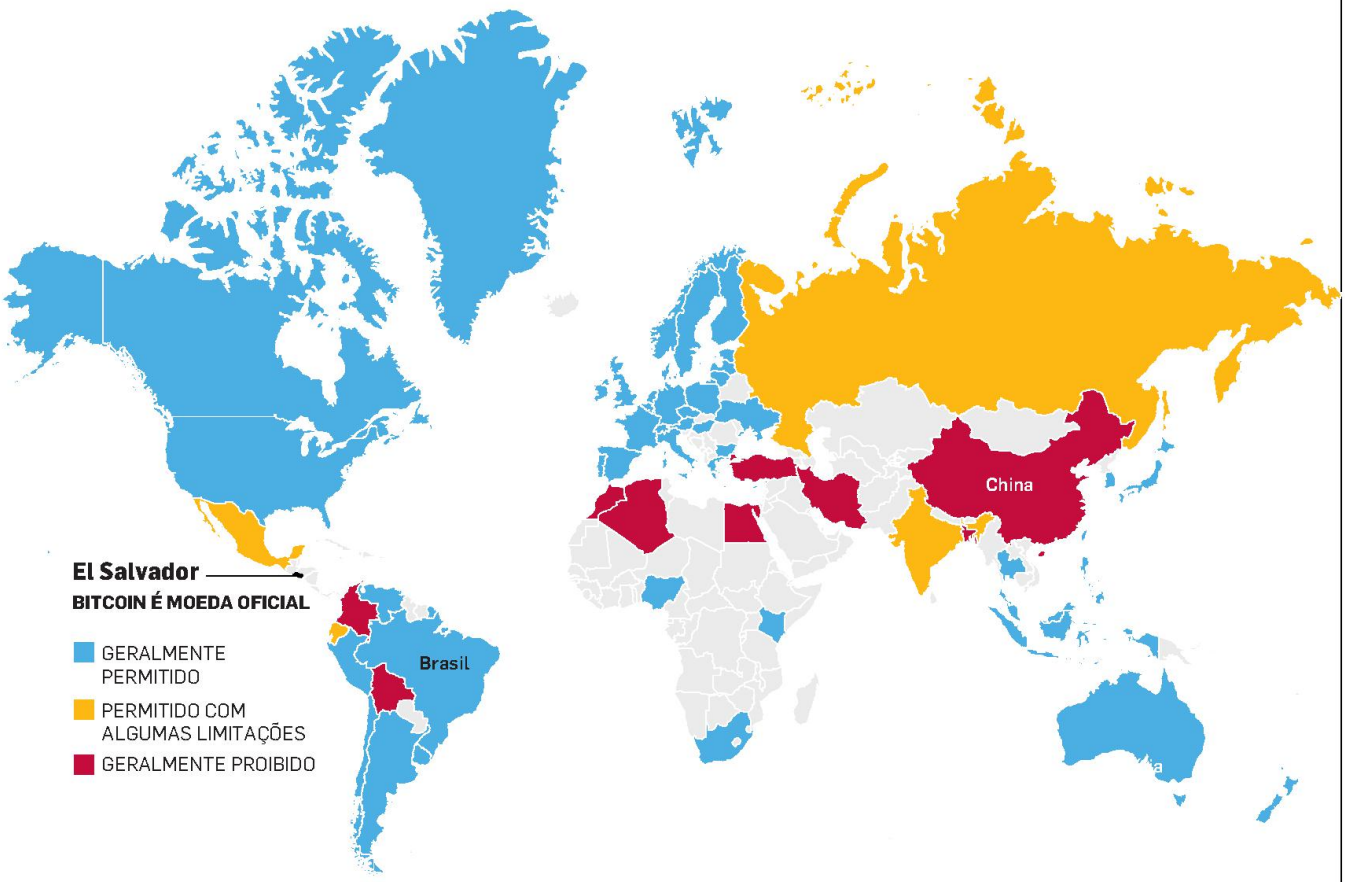
Até o momento, suas compras deram um prejuízo de US$ 63 milhões em razão da desvalorização, segundo a revista Disruptiva, da Universidade Francisco Gavidia, de San Salvador.

A assessoria de imprensa de Bukele, seu ministro das Finanças e seu conselheiro para bitcoin não responderam aos pedidos de comentário.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

REGULAMENTAÇÃO DE CRIPTOMOEDAS POR PAÍS

Crescimento dos criptoativos impõe desafios regulatórios e legais complexos aos países



*INFORMAÇÕES DE ABRIL DE 2022

FONTE: THOMSON REUTERS / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Risco fiscal eleva juro pago pela União

ADRIANA FERNANDES ANNA CAROLINA PAPP
BRASÍLIA

Com a percepção de aumento do risco fiscal, o mercado financeiro está exigindo juros mais altos para comprar os títulos do governo de longo prazo, a exemplo do que ocorreu no fim do primeiro mandato de Dilma Rousseff, quando a ex-presidente buscava a reeleição. Essas taxas estão hoje no maior patamar do governo Bolsonaro, que tenta reeleição. Ontem, o Tesouro Nacional aceitou pagar juros de 6,17% para vender os seus papéis atrelados ao IPCA, as NTNBs, com vencimento em 40 anos - o mais longo da dívida pública doméstica.

No início do governo Bolsonaro, em janeiro de 2019, as taxas estavam em 4,76%. Elas chegaram a cair para um patamar mais próximo de 3% no fim do mesmo ano com a aprovação da reforma da Previdência.

No fim de 2014, véspera da posse de Dilma para o segundo mandato, sob a desconfiança do mercado quanto à sustentabilidade das contas públicas, as taxas dos títulos com prazo semelhante também estavam em 6,17%.

Ontem, os papéis com prazos curtos e intermediários também foram vendidos com taxas muito mais salgadas para o Tesouro diante da ameaça de inclusão na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) "Kamikaze" de aumento adicional de gastos - já estimados em R$ 41 bilhões fora do teto. Para o investidor, essa alta na remuneração paga pelo governo para se financiar é uma oportunidade.

Os juros reais (descontada a **inflação**) dos papéis com prazos de vencimento longos são um indicador da confiança dos investidores no futuro do País, porque mostram um cenário muito além do atual ciclo de alta da Selic.

As taxas de juros longas atuais indicam que os investidores parecem ter a mesma desconfiança da época do fim do primeiro mandato de Dilma.

Para o estrategista-chefe do Renascença DTVM, Sérgio Goldenstein, tanto os mercados de juros quanto o de câmbio vêm refletindo o impacto da PEC, que fura o teto de gastos, atingido pela segunda vez em menos de sete meses. Como os juros, também subiram o dólar (fechou o dia em R$ 5,38, alta de 1,19%) e o risco Brasil. O economista Silvio Campos Neto, da Tendências Consultoria, diz que, apesar dos desafios no cenário internacional, comuns a todos os países, a tramitação da "PEC Kamikaze" vem fazendo a percepção de risco do Brasil aos olhos dos investidores crescer mais, na comparação com outros emergentes. O risco- país, medido pelo Credit Default Swap (CDS), disparou nos últimos dias e chegou a 302 pontos ontem. A média de Chile, México, Colômbia e Peru está em 180.

Segundo Goldenstein, que foi chefe do Departamento de Operações do Mercado Aberto do Banco Central (BC), uma parcela do aumento de juros no mercado futuro e nos leilões do Tesouro se deve à política em curso de alta da Selic e outra, à piora da percepção do risco fiscal no Brasil. "Os juros longos deveriam ser muito menos afetados pela política monetária, e eles se deslocaram muito para cima pelo aumento da percepção de piora do risco fiscal", avalia.

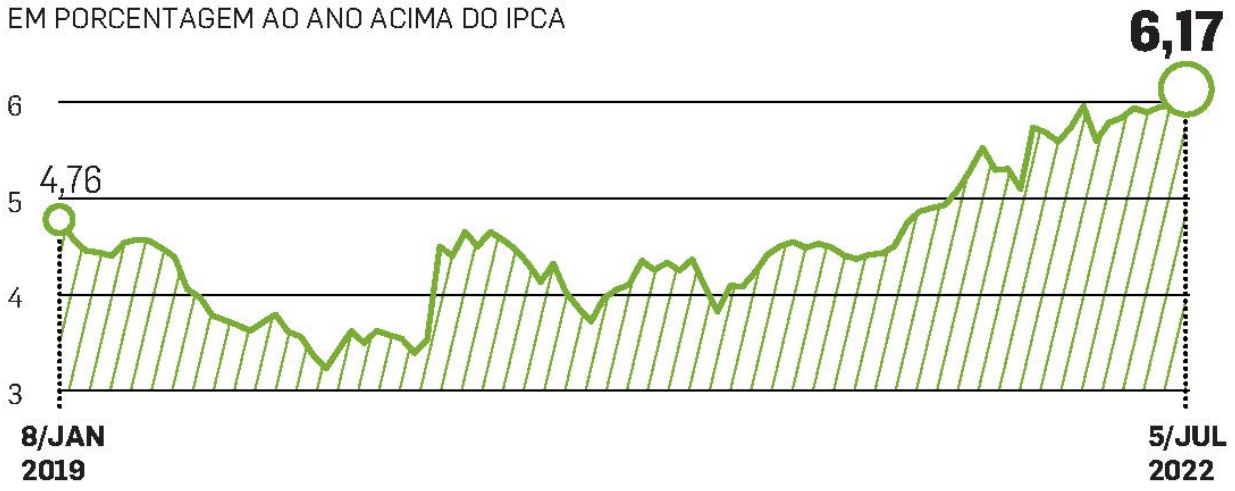
Goldenstein destaca que a piora fiscal é mais grave agora do que foi no fim do ano passado, quando o Congresso aprovou a PEC dos Precatórios. O economista rejeita o argumento do governo Bolsonaro de que o excesso de arrecadação compensaria o rombo no teto. "A ideia do teto é justamente o oposto: que em momentos de aumento de arrecadação haja um resultado fiscal melhor para compensar períodos de arrecadação pior, com economia mais fraca", diz.

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

RETORNO MAIS ALTO

Títulos do Tesouro atrelados ao IPCA pagam juros maiores

TAXA DE RETORNO DOS TÍTULOS DO TESOURO IPCA+ DE LONGO PRAZO*, EM PORCENTAGEM AO ANO ACIMA DO IPCA



*ATÉ DEZ/2021, TÍTULOS COM VENCIMENTO EM 2055. A PARTIR DE JAN/2022, COM VENCIMENTO EM 2060

FONTE: RENASCENÇA ESTRATÉGIA - DÍVIDA PÚBLICA (SÉRGIO GOLDENSTEIN) / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Câmara tem dever de conter danos da PEC Eleitoral (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Como aumentar o salário do Servidor

Veja a matéria no site de origem:

https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Considerar distorções no serviço público (Artigo)

DANIEL COUR

Veja a matéria no site de origem:

https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Vão pipocar greves, vai paralisar o país (Artigo)

MARGARIDA GUTIERREZ

Veja a matéria no site de origem:

https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Argentina flerta, de novo, com dolarização - DANIEL RITTNER

DANIEL RITTNER

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187264?page=1&section=1

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187264?page=1&section=1

Com cenário desfavorável, indústria sobe menos que o previsto em maio

Rafael Vazquez e Alessandra Saraiva De São Paulo e do Rio

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187264?page=1&section=1

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187264?page=1&section=1

Retomada do emprego vai ter semestre difícil, vê FGV

Rafael Rosas Do Rio

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187264?page=1&section=1

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187264?page=1&section=1

Lula almoça com elite empresarial na Fiesp para discutir agenda econômica

André Guilherme Vieira e Mônica Scaramuzzo De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187264?page=1&section=1

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187264?page=1&section=1